

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SELEÇÃO PÚBLICA PARA  
JUIZ LEIGO NA JUSTIÇA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA COMARCA DE ALFENAS/MG  
EDITAL Nº 01/2024**

**RECURSO CANDIDATO FÁBIO FLÁVIO VASCONCELOS**

**Questão 30;**

A questão 30 está assim redigida:

**30. A competência tributária plena:**

- A. pode ser delegada, mas somente por meio de convênio celebrado entre as partes interessadas;
- B. é indelegável;
- C. é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos;
- D. é indelegável, salvo atribuição de criar o tributo, que pode ser delegada por meio de convênio entre as partes interessadas;

A opção considerada correta foi a letra “C”.

Entretanto, argumenta o candidato que:

“[...] conforme o enunciado da questão, a existência da alternativa “B” como única correta, a qual inclusive foi assinalada por este candidato, vez que possui assertiva coerente ao comando no enunciado, com elementos e conceitos afetos à lei 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) e, sobretudo, com fincas na Constituição da República Federativa do Brasil. [...]

Pois bem, segundo dispõe o artigo 7º do CTN a competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do art. 18 da Constituição.

Verifico que o artigo em questão dispõe sobre a competência tributária, a qual é indelegável, ou seja, um ente não pode delegar a outro sua aptidão de criar e arrecadar determinado tributo, com algumas exceções, conforme expõe o artigo.

O candidato ao afirmar que a alternativa “C” está correta, entende-se que a competência tributária é tão somente indelegável, não possuindo exceções, o que contradiz com a previsão legal elencada no artigo 7º do CTN.

Destarte, **o recurso não merece acolhimento.**

## Questão 31;

A questão 31 está assim redigida:

### **31. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:**

- A. instituir impostos sobre os templos de qualquer culto;
- B. instituir tributo sobre o patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos e de instituições de educação e assistência social;
- C. instituir tributo sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros;
- D. instituir imposto sobre o patrimônio ou a renda dos partidos políticos e de instituições de educação e assistência social;

A opção considerada correta foi a letra “A”.

Entretanto, argumenta o candidato que:

“[...] inexistindo alternativa correta a contemplar o gabarito da questão e diga-se de passagem, este candidato inclusive assinalou como opção a alternativa “C”, vez que possui assertiva “mais próxima da correção”. Assim, conforme se depreende dos elementos e conceitos afetos à lei 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) e, sobretudo, com fins na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 150, inciso VI, alíneas “a” e “b”, a questão está eivada de vícios. [...]”

Pois bem, dispõe o artigo 150, IV da Constituição Federal:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

**VI** - instituir impostos sobre: (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

**a)** patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

~~**b)** templos de qualquer culto;~~  
(Revogado)

**b)** entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

**c)** patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

**d)** livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

**e)** fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 75, de 15.10.2013)

Tendo em conta que a alternativa considerada como correta se refere a parte dispositiva revogada, vez que fora dada nova redação pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023, **dou provimento ao recurso para anular a questão 31.**

## Questão 41;

A questão 41 está assim redigida:

### **41. Sobre a disciplina do Juizado Especial da Fazenda Pública, assinale a alternativa CORRETA:**

- A. As Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais são compostas por juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, na forma da legislação dos Estados e do Distrito Federal, com mandato de 2 (dois) anos, e integradas por juízes do Sistema dos Juizados Especiais.
- B. O juiz pode determinar, de ofício, providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.
- C. As causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis incluem-se na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.
- D. Somente será admitido recurso contra a sentença.

A opção considerada correta foi a letra “B”.

Entretanto, argumenta o candidato que:

“[...] No que se refere a alternativa “B”, dada como correta pelo gabarito, “o juiz pode determinar, de ofício, providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou incerta reparação”, houve omissão da alternativa “ou a requerimento das partes” o que induziu os leitores, os candidatos (as), a erro, pois não há exclusividade legal para que o modo de operar seja de ofício.

Pois bem, dispõe o artigo 3º da Lei 12.153/2009:

Art. 3º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.

Da análise do artigo em questão, verifico que razão assiste ao candidato, vez que a alternativa considerada correta diverge do texto original, ante a omissão de termo que pode levar o leitor a erro.

Assim, **dou provimento ao recurso para anular a questão 41.**